



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITUPEVA**

RELATÓRIO DE GESTÃO ATUARIAL
Exercícios de 2020, 2021 e 2022

Julho de 2022

1. INTRODUÇÃO

Este relatório constitui importante ferramenta de monitoramento dos resultados atuariais dos planos de custeio e de benefícios e de gerenciamento do RPPS, e contempla a análise dos resultados das avaliações atuariais anuais relativas aos três últimos exercícios, com comparativo entre a evolução das receitas e despesas estimadas e as efetivamente executadas:

- Exercício 2020 (data-base: 31/12/2019)
- Exercício 2021 (data-base: 31/12/2020)
- Exercício 2012 (data-base: 31/12/2021)

2. COMPARATIVO DAS RECEITAS ESTIMADAS E REALIZADAS

2.1. Exercício 2020, data base 31/12/2019

Receitas estimadas e realizadas - 31/12/2019					
Projeção Atuarial			Realizado		
Previdenciário	Financeiro	Total	Previdenciário	Financeiro	Total
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
6.238.126,06	8.906.283,04	15.144.409,10	9.625.073,29	7.833.751,68	17.458.824,97
Variação entre estimado e realizado			154%	87%	115%

Dados extraídos do DRAA 2020 (página 25 e 50)

No ano de 2020 foi realizado novo estudo que apresentou superavit atuarial consolidando as alterações propostas no ano de 2018.

Vale dizer que ao final do ano de 2019 foi editada a Emenda Constitucional 103 que instituiu uma nova alíquota de contribuição previdenciária mínima, tanto para o Ente quanto para o servidor, de 14%. Com a reformulação do plano de custeio as alíquotas passaram a ser: a) 14% para o servidor; b) 14% para patronal – fundo financeiro e; c) 15% para patronal – fundo previdenciário.

Por serem alíquotas mínimas já foram consideradas para o resultado do estudo atuarial. Foi encaminhado pedido de alteração legislativo para a Câmara Municipal para atualizar a legislação municipal.

O estudo atuarial realizado com base em 31/12/2019, foi realizado com a massa atualizada de servidores e novo plano de custeio aprovado em 2018, e encontra-se com **superávit atuarial de R\$ 23.480.075,83** (p.32 do relatório atuarial).

Foram avaliados 826 servidores junto ao Plano Previdenciário com folha mensal bruta de R\$ 3.006.542, e 649 servidores vinculados ao Plano Financeiro com folha mensal bruta de R\$ 3.309.123,54 (p. 8, 18, 34 e 44 do DRAA 2020).

2.2. Exercício 2021, data base 31/12/2020

Receitas estimadas e realizadas - 31/12/2020					
Projeção Atuarial			Realizado		
Previdenciário	Financeiro	Total	Previdenciário	Financeiro	Total
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
9.875.529,72	12.494.927,30	22.370.457,02	9.448.912,51	8.000.224,25	17.449.136,76
Varição entre estimado e realizado			95%	64%	78%

Dados extraídos do DRAA 2021 (página 26 e 50)

Para o estudo de 2021 observamos que a alteração de alíquota previdenciária trazida pela Emenda Constitucional 103/2019 (mínima em 14%), manteve o plano equilibrado, contudo já não reflete de forma expressiva já que o cenário econômico face aos impactos da pandemia pelo Covid-19 tem dificultado ao cumprimento da meta atuarial.

Foram avaliados 865 servidores ativos e 3 pensionistas junto ao Plano Previdenciário com folha mensal bruta de R\$ 3.193.469,62 (R\$ 3.187.690,62 de servidores ativos e R\$ 5.779,00 de pensionistas), e 646 servidores ativos e 1 pensionista vinculado ao Plano Financeiro com folha mensal bruta de R\$ 3.354.810,07 (p. 8 e 34 do DRAA 2020).

Devido a suspensão de contribuições previdenciárias dada pela Lei n.º 2190 de 1/09/2020 deixaram de ser repassadas ao RPPS R\$ 8.813.511,46, referente a contribuições patronais. Esse montante foi objeto de parcelamento no ano de 2021.

Por esta razão não foi possível o cumprimento da projeção atuarial de receitas, sendo realizado 78% do quanto estimado.

O não cumprimento da projeção atuarial acabou por refletir no **superavit do RPPS que passou a ser R\$ 9.724.010,31 (superavit do ano de 2020 era de R\$ 23.480.075,83).**

Temos que desde 2020 o plano de custeio conta com as seguintes alíquotas: a) 14% para o servidor; b) 14% para patronal – fundo financeiro e; c) 15% para patronal – fundo previdenciário.

2.3. Exercício 2022, data base 31/12/2021

Receitas estimadas e realizadas - 31/12/2021					
Projeção Atuarial			Realizado		
Previdenciário	Financeiro	Total	Previdenciário	Financeiro	Total
12.095.011,44	13.872.611,24	25.967.622,68	17.693.097,38	13.543.684,74	31.236.782,12
Varição entre estimado e realizado			146%	97%	1,76%

Dados extraídos do DRAA 2021 (página 26 e 50)

Para o estudo de 2022 houve recomendação do atuarial de alteração de alíquota patronal para 20,04% visando o equilíbrio financeiro e atuarial. No resultado apresentado o plano previdenciário não foi constatado déficit, o plano se manteve.

Foram avaliados 876 servidores ativos e 3 pensionistas junto ao Plano Previdenciário com folha mensal bruta de R\$ 3.258.590,89, e 622 servidores ativos, 12 servidores inativo e 5 pensionistas vinculado ao Plano Financeiro com folha mensal bruta de R\$ 3.315.057,42.

No ano de 2022 todos os repasses foram realizados dentro do mês de competência, bem como houve a quitação dos parcelamentos existentes, restando a pagar o saldo do parcelamento das contribuições suspensas em decorrência da Pandemia.

Por esta foi possível o cumprimento da projeção atuarial de receitas.

Mesmo com o cumprimento da projeção atuarial e existência de **superavit no RPPS de R\$ 1.918.198,52, houve uma diminuição em relação ao ano anterior que era de R\$ 9.724.010,31.**

Temos que desde 2020 o plano de custeio conta com as seguintes alíquotas: a) 14% para o servidor; b) 14% para patronal – fundo financeiro e; c) 15% para patronal – fundo previdenciário.

3. COMPARATIVO DAS DESPESAS ESTIMADAS E REALIZADAS

3.1. Exercício 2020, data base 31/12/2019

Despesas estimadas e realizadas - 31/12/2019					
Projeção Atuarial			Realizado		
Previdenciário	Financeiro	Total	Previdenciário	Financeiro	Total
R\$ -	R\$ 193.976,05	R\$ 193.976,05	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Varição entre estimado e realizado			%	%	%

O estudo atuarial realizado com base em 31/12/2019 identificou pequena despesa com aposentadorias programáveis, contudo a mesma não foi realizada pois o RPPS foi constituído com prazo de 5 anos de carência para a concessão de benefícios de aposentadoria e não houve no ano de 2019 a concessão de pensão por morte.

A despesa realizada foi a título de custos administrativo para manutenção do RPPS.

3.2. Exercício 2021, data base 31/12/2020

Despesas estimadas e realizadas - 31/12/2020	
Projeção Atuarial	Realizado

Previdenciário	Financeiro	Total	Previdenciário	Financeiro	Total
R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 224.950,27	R\$ 42.400,35	R\$ 267.350,62
Varição entre estimado e realizado			R\$ 224.950,27	R\$ 42.400,35	R\$ 267.350,62

O estudo atuarial realizado com base em 31/12/2020 identificou a concessão das primeiras pensões por morte no ano de 2020, não havendo neste exercício a concessão de aposentadorias.

Aposentadorias voluntárias iniciaram a partir de julho de 2021.

Outras despesas realizadas foram a título de custos administrativos para manutenção do RPPS.

3.3. Exercício 2022, data base 31/12/2021

Despesas estimadas e realizadas - 31/12/2020					
Projeção Atuarial			Realizado		
Previdenciário	Financeiro	Total	Previdenciário	Financeiro	Total
945.971,91	4.914.787,54	5.860.759,45	1.393.798,22	373.578,31	1.767.376,53
Varição entre estimado e realizado			1,47%	7,6%	R\$ 30%

O estudo atuarial realizado com base em 31/12/2021 identificou a concessão das primeiras pensões por morte no ano de 2020 e 2021, e concessão das primeiras aposentadorias no ano de 2021.

Aposentadorias voluntárias iniciaram a partir de julho de 2021 e foram abaixo da despesa estimada. A projeção de possíveis aposentadorias ficaram abaixo da expectativa por ser o primeiro ano de concessão.

Foram avaliados 876 servidores ativos e 3 pensionistas junto ao Plano Previdenciário com folha mensal bruta de R\$ 3.258.590,89, e 622 servidores ativos, 12 servidores inativo e 5 pensionistas vinculado ao Plano Financeiro com folha mensal bruta de R\$ 3.315.057,42.

Outras despesas realizadas foram a título de custos administrativos para manutenção do RPPS.

4. CONCLUSÃO

Desde a instituição do Regime Próprio no município de Itupeva, através da Lei Complementar n.º 388 de 11 de novembro de 2015, foi necessário a realização de vários ajustes até que se encontrasse o equilíbrio atuarial.

Em 11 de novembro de 2019 foi editada a Emenda Constitucional n.º 103 que tratou da Reforma da Previdência nacional criando novos mecanismos a serem aplicados também no âmbito municipal, em especial a alteração da alíquota mínima praticada, que passou de 11% para 14%.

Deste modo, a partir do ano de 2020 (para a aplicação de novas alíquotas é necessário a edição de lei municipal e cumprimento do noventa tributária), o plano de custeio passou a ser: a) 14% para o servidor; b) 14% para patronal – plano financeiro; c) 15% para patronal – plano previdenciário.

O novo plano de custeio elevou novo superávit atuarial a casa de **R\$ 23.480.075,83**.

Neste mesmo ano o mundo foi acometido pela Pandemia do Covid-19 trazendo enorme caos em todos os seguimentos, públicos ou privados, industriais ou comerciais, gerando grande instabilidade no cenário econômico global.

Em decorrência da grande instabilidade econômica não conseguiu perseguir a rentabilidade mínima esperada da carteira de investimentos ficando o resultado positivo em 52,22%.

Mais ainda tivemos a suspensão do repasse das contribuições previdenciárias no ano de 2020, que decorreu de autorização, como forma de auxiliar o enfrentamento do Covid-19, nesse interim foram suspensas contribuições previdenciárias de responsabilidade patronal de alcançaram o montante de R\$ 8.813.511,46, comprometendo a projeção atuarial de receitas.

O ano de 2021 reflete a falta de rentabilidade do ano de 2020 e a retomada, ainda em cenário de pandemia global, da economia global, onde observamos uma redução do superavit atuarial que passou a ser **R\$ 9.724.010,31**.

Já no ano de 2022 a arrecadação se mostrou estável e sem atrasos, bem como houve a quitação de diversos parcelamentos, restando o parcelamento realizado para quitação das contribuições suspensas em decorrência da situação da Pandemia.

O RPPS iniciou os pagamentos de pensões por morte no ano de 2020 e aposentadoria no mês de julho de 2021, sendo até a presente data concedidos 22 benefícios.

Vale ressaltar também que foi enviado Projeto de Lei Complementar n.º 564/2020 à câmara municipal visando a Reforma da Previdência no âmbito no município, o projeto encontra-se em discussão junto ao legislativo.

Itupeva, 14 de julho de 2022

Juliane Bonamigo
Diretora Presidente
Itupeva Previdência